

Perfil socieconômico da agricultura familiar da comunidade quilombola Malhadinha, município de Brejinho de Nazaré, TO

Socioeconomic profile of family farming in the quilombola community of Malhadinha, municipality of Brejinho de Nazaré, TO

Perfil socioeconómico de la agricultura familiar en la comunidad quilombola de Malhadinha, municipio de Brejinho de Nazaré, TO

Recebido: 18/07/2025 | Revisado: 29/07/2025 | Aceitado: 29/07/2025 | Publicado: 30/07/2025

Jussana Ferreira César

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8499-5052>
Centro Universitário Luterano de Palmas, Brasil
E-mail: jussanacesar@gmail.com

Vanessa Ferreira Alves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0003-1299>
Centro Universitário Luterano de Palmas, Brasil
E-mail: vanessaferralves@gmail.com

Ada Gabriella Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4163-7235>
Centro Universitário Luterano de Palmas, Brasil
E-mail: adagabriella@hotmail.com

Andressa Aguiar Negreiros Santos

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6385-5110>
Centro Universitário Luterano de Palmas, Brasil
E-mail: negreirosandressa@gmail.com

Barbara dos Santos Esteves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1852-2088>
Centro Universitário Luterano de Palmas, Brasil
E-mail: barbbarase@gmail.com

Resumo

Para que os saberes e cultura das comunidades quilombolas sejam conservados, se faz necessário o conhecimento de como são as condições socioeconômicas dessas comunidades. Para isso, é preciso a compreensão se há infraestrutura básica para que as pessoas possam continuar em suas comunidades. As condições em que vivem unidas a ações e/ou iniciativas do Estado são capazes de viabilizar os modos de vida nas comunidades quilombolas? Atendem as suas necessidades sociais e promovem a equidade social e igualdade de direitos? O trabalho objetiva caracterizar o perfil socioeconômicos de agricultores familiares da Comunidade Malhadinha, que pertence ao município de Brejinho de Nazaré – TO. Foram aplicados 50 questionários na comunidade, com abordagem direta aos moradores, de posse da autorização do líder comunitário. Na comunidade Malhadinha a maioria das famílias vivem com uma renda média de um salário mínimo e a maior parte das pessoas entrevistadas atuam como trabalhadores rurais, a agricultura é a atividade econômica predominante. Na comunidade existe infraestrutura básica de educação, para os anos iniciais. O saneamento básico apresenta significativos problemas quanto a destinação inadequada do lixo, a falta de tratamento de água e esgotamento sanitário.

Palavras-chave: Política agrícola; Educação no campo; Extensão rural.

Abstract

In order for the knowledge and culture of quilombola communities to be preserved, it is necessary to know what the socioeconomic conditions of these communities are like. To do this, it is necessary to understand whether there is basic infrastructure so that people can remain in their communities. Are the conditions in which they live together with State actions and/or initiatives capable of making the ways of life in quilombola communities viable? Do they meet their social needs and promote social equity and equal rights? The work aims to characterize the socioeconomic profile of family farmers in the Malhadinha Community, which belongs to the municipality of Brejinho de Nazaré – TO. 50 questionnaires were administered in the community, directly approaching residents, with the authorization of the community leader. In the Malhadinha community, most families live on an average income of one minimum wage and most of the people interviewed work as rural workers, agriculture is the predominant economic activity. The

community has basic education infrastructure for the initial years. Basic sanitation presents significant problems regarding inadequate waste disposal, lack of water treatment and sanitation.

Keywords: Agricultural policy; Rural education; Rural extension.

Resumen

Para que los saberes y la cultura de las comunidades quilombolas sean preservados, es necesario conocer las condiciones socioeconómicas en las que viven estas comunidades. Para ello, es fundamental comprender si existe infraestructura básica que permita a las personas permanecer en sus comunidades. ¿Las condiciones en las que viven, junto con las acciones y/o iniciativas del Estado, son capaces de viabilizar los modos de vida en las comunidades quilombolas? ¿Satisfacen sus necesidades sociales y promueven la equidad social y la igualdad de derechos? El objetivo de este trabajo es caracterizar el perfil socioeconómico de los agricultores familiares de la Comunidad Malhadinha, ubicada en el municipio de Brejinho de Nazaré – TO. Se aplicaron 50 cuestionarios en la comunidad, mediante un abordaje directo a los residentes, con la autorización del líder comunitario. En la comunidad Malhadinha, la mayoría de las familias viven con un ingreso promedio de un salario mínimo y la mayor parte de los entrevistados actúa como trabajadores rurales, siendo la agricultura la principal actividad económica. La comunidad cuenta con infraestructura básica de educación para los primeros años escolares. El saneamiento básico presenta problemas significativos, como la disposición inadecuada de residuos, la falta de tratamiento de agua y de alcantarillado sanitario.

Palabras clave: Política agrícola; Educación rural; Extensión rural.

1. Introdução

Uma comunidade tradicional é um grupo culturalmente diferenciado e que se reconhece como tal. Neste grupo há organização e utilização de um território e seus recursos naturais, com reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. No Brasil são exemplos de comunidades tradicionais os povos quilombolas (Pizzinato, Guimarães & Leite, 2019).

As comunidades quilombolas são espaços importantes de estudo. De acordo com Furtado, Pedroza e Alves (2014), a condição de remanescente de quilombo enfatiza elementos de identidade e território trazendo consigo conceitos de herança cultural e material de pertencimento a uma determinada localidade. De acordo com a Constituição Federal de 1988, por meio do artigo nº 68 dos atos e disposições transitórias [ACDT], ficou estabelecido que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, Art. 68 ACDT).

Freitas et al. (2011) menciona que a palavra “quilombo”, quer dizer acampamento guerreiro na floresta, sendo popularizada no Brasil na época colonial, em diversos documentos, para se referir às unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no País.

Nota-se que ainda existem muitos empecilhos para a efetivação de direitos quilombolas, vistos as precárias condições socioeconômicas e educacionais em que essas comunidades estão expostas, como também o impacto desses fatores na garantia de seus direitos sociais, culturais e políticos (Macedo, et al., 2021). Trata-se de uma população que, mesmo com a expansão do acesso a políticas públicas, especialmente com a implantação do Programa Brasil Quilombola (PBQ), ainda sofre com o difícil acesso à saneamento básico, insuficiente cobertura dos serviços de saúde e dos serviços de educação (Araújo, 2019).

As políticas públicas focadas nos quilombolas somente começaram a ser aplicadas no Brasil a partir dos anos 2000, por meio da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), Programa Brasil Quilombola e da criação da Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR) (Silva, 2018). Silva Filho e Hartmann (2024) afirmam que para a promoção da inclusão e diminuição das desigualdades sociais é necessário o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à infraestrutura, para as comunidades quilombolas, levando em consideração suas necessidades específicas. Estes autores afirmam ainda que para que esse objetivo seja alcançado são necessárias medidas e programas que garantam acesso aos direitos fundamentais, por parte destas comunidades, bem como a promoção da participação das próprias comunidades na criação e implementação destas políticas.

A agricultura familiar é uma das atividades mais relevantes para a economia das comunidades quilombolas. As políticas públicas voltadas para emancipação da Agricultura Familiar no Brasil, ganharam espaço a partir da década de 1990, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o programa é responsável por permitir acesso a crédito de recursos financeiros para o desenvolvimento da Agricultura Familiar e visa beneficiar agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, dentre as categorias de agricultores familiares existentes no Brasil, muitos deles pertencem a comunidades tradicionais, incluindo as comunidades quilombolas (Ferreira, 2019).

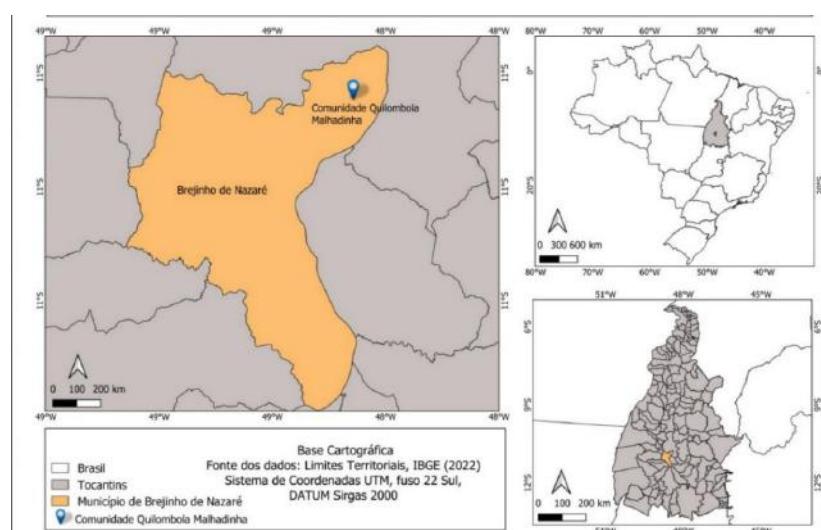
No entanto, são notórias as dificuldades referentes a produção agrícola nas comunidades quilombolas, relacionadas a falta de investimentos e políticas direcionadas ao fortalecimento da agricultura para estes espaços (Silva, 2018). Para Costa et al. (2024) a falta de assistência técnica na agricultura familiar é um dos entraves enfrentados pelos agricultores, interferindo no aumento de produtividade. Conforme Silva e Bernieri (2019) devido à falta de assistência técnica e políticas públicas voltadas para atender a comunidade, trabalhadores quilombolas estão deixando seus modos de vidas tradicionais e a sua produção agrícola para trabalhar como assalariados nas lavouras de soja no estado do Tocantins.

Destaca-se que em geral estas comunidades estão relacionadas a cultivos de subsistência. Assim, o objetivo deste trabalho foi caracterizar o perfil socioeconômicos de agricultores familiares quilombolas da Comunidade Malhadinha, pertencente ao município de Brejinho de Nazaré – TO.

2. Metodologia

O estudo foi conduzido na Comunidade Malhadinha, localizada na zona rural do município de Brejinho de Nazaré – TO, conforme representado na Figura 1. Segundo Santos e Carvalho (2017), a comunidade recebeu em 2006, da Fundação Cultural de Palmares (FCP), a certidão de Autorreconhecimento, documento que a reconhece como remanescente de quilombo. De acordo com os autores, a área da comunidade é de aproximadamente 275 alqueires e abriga cerca de 185 habitantes. O município de Brejinho de Nazaré integra o polo regional de Porto Nacional – TO da Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Tocantins.

Figura 1 – Localização da Comunidade Quilombola Malhadinha, município de Brejinho de Nazaré, Tocantins, Brasil.



Nota: A figura apresenta a localização geográfica da Comunidade Quilombola Malhadinha no estado do Tocantins, destacando sua inserção no município de Brejinho de Nazaré.

Fonte: Elaborado por Alves (2023), a partir dos dados cartográficos do IBGE (2022).

Realizou-se uma pesquisa social em habitantes da comunidade quilombola Malhadinha para estudo qualitativo e com pequeno viés quantitativo (Pereira et al., 2018) com emprego de estatística descritiva simples com classes de dados, gráficos de setores e de barras, valores de frequência absoluta em quantidade e frequência relativa porcentual (Shitsuka, Shitsuka & Shitsuka, 2014).

Para a realização do estudo, foram aplicados 50 questionários junto aos moradores da comunidade, utilizando-se abordagem direta. A coleta ocorreu mediante autorização do líder comunitário.

A abordagem da pesquisa foi qualitativa com pequeno viés quantitativo. Este método se caracteriza por buscar compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde ocorrem e fazem parte (Kripka, Scheller & Bonotto, 2015). Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa visa a compreensão dos fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes, sendo considerados importantes todos os dados da realidade. Ainda segundo a autora, só é possível compreender o comportamento humano, a partir do entendimento referencial e/ou estrutural em que estes indivíduos estão inseridos, dessa forma o uso da entrevista é o melhor método para captar a realidade dos pesquisados.

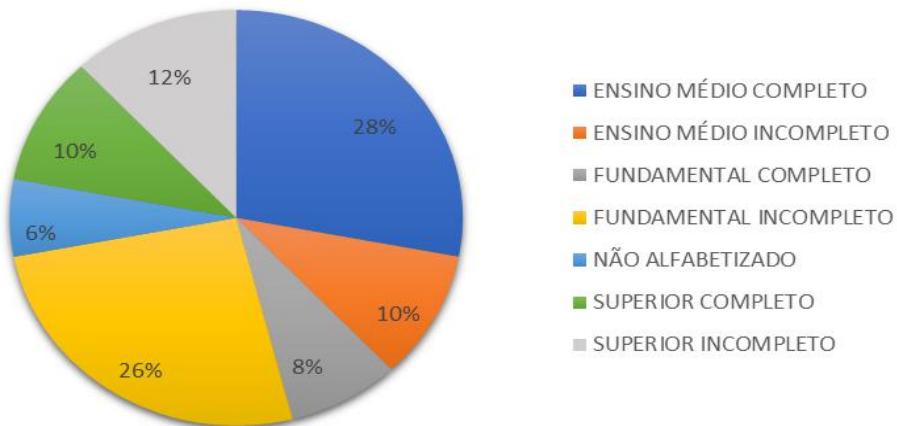
Os dados obtidos nas entrevistas foram tabulados com uso de planilhas eletrônicas e compilados para análise descritiva. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o número CAAE 73372223.0.0000.5516.

3. Resultados e Discussão

Foram entrevistadas 50 pessoas na comunidade Quilombola Malhadinha, no município de Brejinho de Nazaré, Tocantins. De acordo com os dados, os entrevistados em sua maioria são trabalhadores rurais. Com relação ao gênero, 50% dos entrevistados foram homens e 50% mulheres. A faixa etária dos entrevistados variou de 18 a 87 anos. A maioria dos entrevistados é oriundo de Brejinho de Nazaré, TO (76%); 22% é de Porto Nacional, e, 2% oriundo de outro estado da federação (Piauí). Este resultado concorda com o encontrado por Araújo et al (2017) que pesquisando condições socioeconômicas na comunidade quilombola do Abacatal, em Ananindeua, Pará, encontraram que a maioria dos entrevistados era da própria localidade.

Em relação ao nível de escolaridade a Figura 2 apresenta a sua distribuição entre os entrevistados. Segundo os dados encontrados na presente pesquisa, 28% tem o ensino médio completo, 10% ensino médio incompleto, 8% fundamental completo, 26% fundamental incompleto, 6% não alfabetizado, 10% superior completo, 12% superior incompleto. Esses dados apresentam divergência em relação aos resultados obtidos por Araújo et al (2017), cujo estudo indicou que a maioria dos participantes não concluiu o ensino fundamental, totalizando 51,2%. Resultados semelhantes foram encontrados por Silva e Mira (2022) ao investigarem as condições de vida das comunidades quilombolas em Alagoas, constataram que a maioria dos participantes da pesquisa possuía níveis educacionais predominantemente baixos.

Figura 2 – Escolaridade dos participantes da pesquisa na Comunidade Quilombola Malhadinha, Brejinho de Nazaré, TO.



Nota: Observa-se que a maioria dos participantes concluiu o ensino médio (28%), seguida por aqueles com ensino fundamental incompleto (26%). Apenas 22% possuem escolaridade superior (completa ou incompleta), e 6% são analfabetos, evidenciando desafios educacionais na comunidade. Esses dados são importantes para orientar políticas públicas de educação e desenvolvimento rural.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2023).

Quanto à educação, a comunidade possui uma escola que adota o sistema educacional multisserieado, abrangendo do 1º ao 5º ano. No entanto, ao concluir essa etapa de ensino, os alunos precisam se deslocar até o município de Brejinho de Nazaré. Para isso, contam com o serviço de ônibus escolar. A distância da escola dentro da comunidade é, no máximo 2 km, enquanto até a sede de Brejinho de Nazaré, a distância é de 28 km. De acordo com Rocha et al., (2020) e Nunes (2014) estudos em comunidades no estado de Tocantins indicam que a educação na zona rural enfrenta desafios significativos pois a escassez de unidades escolares de Ensino Médio obriga os alunos a buscar oportunidades educacionais nas cidades, acarretando dificuldades financeiras, culturais, de transporte e de aprendizado.

Em relação aos baixos níveis de escolaridade, os dados são concordantes com a realidade em muitas áreas rurais do Brasil, que registram baixos índices de escolaridade, em razão de fatores como dificuldade de acesso à escola (Silva & Menezes, 2018). Araújo et al. (2019), cita a baixa escolaridade como sendo um dos fatores que mais contribuem para manter a situação de pobreza em comunidades quilombolas. Os moradores das comunidades que possuem mais anos de estudo por sua vez têm a possibilidade de ampliar sua atuação profissional e consequentemente obter maiores rendimentos. Conforme Braun, Oliveira e Marques-Silva (2024) as políticas públicas devem ser aplicadas a população vulnerável, o que se aplica aos povos quilombolas, por serem cidadãos que necessitam ser atendidos e ouvidos em seu contexto social.

A maioria dos entrevistados na comunidade desempenham atividades como trabalhadores rurais (90%); mas há diversidade de funções que incluem professor, auxiliar agrícola, auxiliar de pedreiro, instrutor de futebol, armador de estrutura de concreto, manicure. A renda média da maioria dos entrevistados é equivalente a um salário mínimo. Em relação ao acesso a benefícios governamentais, 26% dos entrevistados são aposentados, 14% recebem Bolsa Família, enquanto 60% das famílias não recebem nenhum tipo de benefício.

O trabalho rural desempenha um papel importante nas comunidades quilombolas, com 90% dos entrevistados obtendo renda a partir da produção rural. Nas comunidades quilombolas Custaneira e Tronco, situadas no semiárido nordestino, no município de Paquetá-PI, Macêdo et al., (2020) também observaram a predominância de trabalhadores rurais. Nesse contexto, 74% dos moradores se identificam como trabalhadores rurais, embora a renda média mensal seja inferior a um salário mínimo para 60% dos entrevistados.

Quanto a condição habitacional, observou-se que todas as residências são construídas em alvenaria (100%) e possuem piso de cimento. Todos os entrevistados têm acesso à energia elétrica por meio da rede pública. Em relação ao gerenciamento de resíduos todos os participantes indicaram realizar a queima do material.

A análise da maioria dos estudos indica que a destinação dos resíduos sólidos provenientes das comunidades quilombolas no Brasil, frequentemente ocorre por meio de práticas como a queima, o enterramento e/ou a disposição inadequada a céu aberto (Torre, 2022). Esta situação assemelha-se a realidade observada na comunidade de Malhadinha, objeto deste estudo, onde não há um manejo adequado dos resíduos gerados na comunidade. No que diz respeito ao fornecimento de água, 8% dos entrevistados indicaram ter acesso por meio de poço artesiano. A grande maioria (92% dos entrevistados), mencionou utilizar água proveniente de nascente. Entre os entrevistados, 18% consomem a água sem qualquer tratamento, enquanto os 82% restantes afirmam realizar a filtração da água destinada ao consumo. Tal fato evidencia que uma parte da comunidade está, possivelmente, exposta a contaminações diretas decorrentes do consumo de água não tratada.

Ao analisar a qualidade do abastecimento hídrico em comunidades quilombolas situadas no município de Santana de Mundaú, no estado de Alagoas, Ferreira e Pantaleão (2016), identificaram o consumo de água não tratada pelos moradores. Os autores destacam que os quilombolas naquela região vivem em condições precárias de saneamento básico, recorrendo ao consumo de água direto da fonte, sem haver nenhum tratamento prévio.

Em se tratando de qualidade da água, foi constatado que o esgotamento sanitário da comunidade é realizado por meio de fossa negra. Segundo Almeida et al. (2025), estudando indicadores de qualidade ambiental no município de Brejo Grande, no Alagoas, encontraram que nas comunidades pesquisadas, o esgoto das residências tinha como destinos as fossas sépticas e seus quintais; as casas que não contavam com as fossas sépticas, lançavam seus dejetos líquidos nos quintais, promovendo contaminação ambiental, representando 27% da pesquisa. De acordo com Moraes et al. (2013) a fossa negra é caracterizada por modelos de fossas rudimentares e rústicas, constituem-se basicamente de um buraco aberto; o buraco não possui revestimento interno de modo a evitar o contato do esgoto com o solo. Estes autores destacam que esses modelos de fossas podem contaminar o solo e seus dejetos podem alcançar o lençol freático através da percolação das águas poluídas, podendo vir a causar diversas doenças. Dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios) (2015) identificou que 38,5% dos domicílios da região Norte não possuíam banheiro. Lima et al., (2021) em seu estudo realizado no território quilombola do município de Caxias-MA, também identificou que a maior parte das residências da comunidade (63,70%) não possuíam banheiro; e, grande parte das pessoas (63,28%) não se manifestaram quando questionadas a respeito do escoamento sanitário, por não entender do que se trata. Em comunidade no interior do estado da Bahia, Amorim et al, (2013) constataram que 75,3% das residências não possuíam sanitário e 43,7% dos entrevistados responderam que a eliminação dos dejetos sanitários é realizada na superfície do solo ou em valas nas redondezas próximas as residências.

Ao examinar as condições sanitárias da comunidade, a inexistência completa de fossas apropriadas e a eliminação dos resíduos sanitários nos arredores das residências por meio de fossas negras tornam a comunidade suscetível e exposta a vetores transmissores de doenças. Essa situação pode resultar em enfermidades e parasitas, além de causar odores desagradáveis e contaminar os recursos hídricos disponíveis na região. Conforme conclusões de Santos et al. (2024), estudando três comunidades remanescentes de quilombolas, no município de Acará, PA, a presença de contaminantes nas amostras de água utilizadas pelas pessoas representa risco à saúde e ineficiência de políticas públicas voltadas a este público. Ainda conforme estes autores, a contaminação reflete a precariedade em que essas comunidades vivem, sendo expostas a agentes como a *Escherichia coli* e outros parasitas, que causam infecções intestinais.

Por outro lado, é importante ressaltar que o acesso à energia elétrica viabiliza para a comunidade a obtenção de uma variedade de bens de consumo, eletrodomésticos, celulares, entre outros, que já integram a rotina da população e contribuem para a melhoria de qualidade de vida. Isso é evidenciado pelos resultados da pesquisa, nos quais 94% dos entrevistados

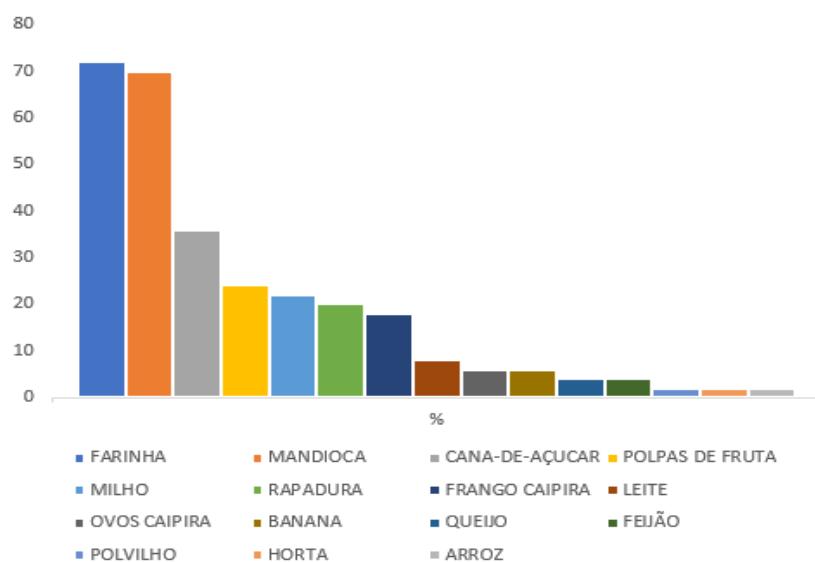
afirmaram ter acesso a celulares e à internet. Cerca de 72% participam de redes sociais, abordando temas relevantes como comunidade, vendas, família, escola, entre outros aspectos relacionados à organização social. Em relação a saúde 100% dos entrevistados afirmam ter acesso a saúde, por meio do posto de saúde da comunidade.

Em relação a saúde os dados são divergentes a realidade observada em estudos realizados em outras comunidades quilombolas no Brasil. De modo geral, Pereira e Santos (2018) apontam a insuficiência dos serviços de saúde na comunidade quilombola de Jurussaca, no Parápara-PA, destacando que a comunidade não possui agente comunitário de saúde, e a unidade básica de saúde mais próxima encontra-se distante da comunidade e as consultas médicas são realizadas numa temporalidade espaçada. Situação semelhante é observada por Magalhães Filho e Paulo (2017) em comunidades quilombolas localizados no estado do Mato Grosso do Sul, onde mais de 50% da população quando questionadas sobre o aspecto “saúde” pautaram que se dizem insatisfeitas com os serviços.

Quanto as práticas agrícolas, 80% dos participantes informaram adotar métodos agroecológicos, excluindo o uso de insumos químicos. Entre as práticas mencionadas, destaca-se o uso de esterco bovino para adubação, enquanto 18% afirmaram realizar compostagem. A compostagem é considerada um método sustentável para o tratamento de resíduos orgânicos. Durante o processo de compostagem a matéria orgânica se transforma em um composto humificado, podendo ser utilizado como insumo agrícola, substituindo a necessidade de produtos químicos (Scoton et al., 2016). Godlewska et al. (2017) ressalta que resíduos orgânicos, quando devidamente compostados, tem o potencial de melhorar a estrutura e composição do solo, aumentar a sua capacidade de retenção de água e fornecer nutrientes fundamentais para o crescimento das plantas.

Estudos conduzidos por Haiala (2021) que abordam a relação entre a mulher e a agricultura quilombola no vale do Ribeira (SP), indicaram que todas as entrevistadas fazem uso de produtos químicos no manejo das lavouras, por outro lado, Takeichi (2021) estudando o manejo das lavouras na comunidade quilombola Bairro Cedro em Barra do Turvo (SP) constatou que não há associação ao uso de defensivos e/ou fertilizantes químicos. Contudo, em ambos os casos o conhecimento e saberes tradicionais, juntamente com o uso de receitas naturais de insumos, estiveram presentes entre a maioria dos entrevistados. Uma prática comum nessas comunidades é a aplicação de esterco bovino. Na Figura 3, observa-se a distribuição dos produtos cultivados e processados pela comunidade.

Figura 3 – Principais produtos da comunidade Malhadinha, Brejinho de Nazaré, TO.



Observa-se que a maioria dos participantes cultiva mandioca e produz farinha a partir do seu processamento. Destacam-se também o cultivo de milho, cana-de-açúcar, frutas e seus derivados (como rapadura e polpas), além da criação de animais e a obtenção de seus subprodutos. Fonte: Dados da pesquisa de campo (2023).

O trabalho na terra apresenta-se como uma atividade fundamental para a comunidade; a grande maioria dos entrevistados atuam como trabalhadores rurais havendo a existência de uma horta, pomar ou roça, em suas residências, apresentando uma ampla variedade produtiva e diversidade em espécies.

A produção agrícola distribui-se além da agricultura em outras atividades como a criação de animais, processamento de alimentos, como a mandioca, obtendo como subproduto a farinha, elemento fundamental para compor a base familiar das famílias locais.

A atividade agrícola na comunidade de Malhadinha desempenha um papel complementar em relação às demais estratégias de subsistência. A produção local contribui tanto para o abastecimento interno, com gêneros alimentícios destinados ao consumo próprio, quanto para a geração de renda. Entre os principais produtos agrícolas da comunidade destacam-se a farinha, mandioca, cana-de-açúcar, polpa de frutas, milho, rapadura e frango caipira. Além disso foram mencionadas as atividades como a produção de hortas, queijo, banana, feijão e arroz.

O feijão, a mandioca, a banana, o milho e o arroz foram os cultivares agrícolas mais reportados nas plantações em estudo realizado por Pedroso Júnior et al., (2008) em nove comunidades remanescentes de quilombos, localizadas no vale do Ribeira, estado de São Paulo. Gliessman (2002) destaca que espécies agrícolas como a mandioca, o milho, feijão e a abóbora, destacam-se como espécies que apresentam relativamente um baixo custo de produção, além da não exigência em irrigação. De acordo com o autor essas espécies possuem características de suportar por um maior período condições de estresse ambiental, podendo se desenvolver através dos minerais disponíveis no sistema por ciclagem de nutrientes e capazes de concluir seus ciclos produzindo alimentos viáveis e propágulos para culturas futuras. Isso faz destas culturas gêneros de baixo custo de produção, compondo a base alimentar destas comunidades.

Nas comunidades quilombolas, assim como também observado na comunidade de Malhadinha, objeto de estudo, Ianovali et al., (2018) destaca que a agricultura é um dos traços socioculturais que fazem parte da identificação de grupo, além de ser uma das principais bandeiras na luta pela terra, diretamente ligada à identidade cultural dessas comunidades.

4. Conclusão

Na comunidade Malhadinha, a maioria das famílias vive com renda média equivalente a um salário mínimo.

A maior parte dos entrevistados atua como trabalhador rural.

Na comunidade existe infraestrutura básica de educação, para os anos iniciais. O saneamento básico apresenta problemas significativos quanto a destinação inadequada do lixo, ausência de tratamento de água e falta de esgotamento sanitário.

A agricultura é a principal atividade econômica, incluindo o processamento de alimentos e a criação de animais. Os produtos agrícolas são utilizados tanto para a subsistência quanto para trocas comerciais.

Referências

- Almeida, G. L., Costa, J. J., Jesus, R. A., Andrade, J. D. S., Oliveira, I. C. S., Soares, J. H. A., Jesus, C. N. A., & Oliveira, T. R. A. (2025). Indicadores de sustentabilidade e o modelo P-E-R: o caso das comunidades quilombolas de um município costeiro brasileiro. *Revista DELOS*, 18(64), 1–27. <https://doi.org/10.55905/rdelosv18.n64-142>.
- Amorim, M. M., Tomazi, L., Silva, R. A. A., de Souza Gestinari, R., & Figueiredo, T. B. (2013). Avaliação das condições habitacionais e de saúde da comunidade quilombola Boqueirão, Bahia, Brasil. *Bioscience Journal*. <https://seer.ufu.br/index.php/biosciencejournal/article/view/17308>.
- Araújo, A. S. (2017). Análise socioeconômica de agricultores da comunidade quilombola do Abacatal, Ananindeua, estado do Pará, Brasil. *Biota Amazônia*, 7(1), 30–37. <http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/982>.
- Araújo, E. F., & Silva, G. M. (2019). Racismo e violência contra quilombos no Brasil. *Confluências*, 21(2), 196–208. <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34705>.

- Araújo, R. L. M. de S., Araújo, E. M. de, Silva, H. P. da, Santos, C. A. de S. T., Nery, F. S., Santos, D. B. dos, & Souza, B. L. M. de. (2019). Condições de vida, saúde e morbidade de comunidades quilombolas do semiárido baiano, Brasil. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 43(1), 226–246. <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/2988>.
- Braun, H. S. F., Oliveira, F. P. de, & Marques-Silva, N. do S. (2024). Estudantes quilombolas e adaptação à cultura acadêmica, Campus Universitário de Bragança/UFPA, Nordeste do Pará. *Revista EDUCAmazônia - Educação, Sociedade e Meio Ambiente*, 17(1), 369–392.
- Brasil. (2003, novembro 20). Decreto nº 4.887/2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Costa, J. C. C., Santos, J. D. dos, Farias, N. B., Oliveira, J. F. de, Silva, T. R. G. da, & Santos, C. G. dos. (2024). Perfil socioeconômico de agricultores familiares no município de Arapiraca, Alagoas. *Revista de Ciências Agroambientais*, 22(1), 1–7. <https://periodicos.unemat.br/index.php/rcaa/article/view/11371>.
- Ferreira, E. P., & Pantaleão, F. de S. (2016). Saneamento básico em comunidades quilombolas no estado de Alagoas. *Geo. Temas*, 6(2), 71–82. <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/742>.
- Ferreira, M. C. (2019). *Políticas públicas para agricultura familiar: um estudo na Comunidade Quilombola de Raiz, no município de Presidente Kubitschek, Minas Gerais* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri]. <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/2279>.
- Furtado, M. B., Pedroza, S. R. L., & Alves, C. B. (2014). Cultura, identidade e subjetividade quilombola: Uma leitura a partir da psicologia cultural. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 106–115. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100012>.
- Freitas, I. A., Rodrigues, I. L. A., Silva, I. F. S., & Nogueira, L. M. (2018). Perfil sociodemográfico e epidemiológico de uma comunidade quilombola na Amazônia brasileira. *Revista Cuidarte*, 9(2), 2187–2200. <https://revistas.udes.edu.co/cuidarte/article/view/521>.
- Gliessman, S. R. (2001). *Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável*. Editora da Universidade. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128119/Gliessman%202001.pdf?sequence=19&isAllowed=y>.
- Godlewska, P., Schmidt, H. P., Ok, Y. S., & Oleszczuk, P. (2017). Biochar for composting improvement and contaminants reduction. *Bioresource Technology*, 246, 193–202. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28784264/>.
- Godoy, A. S. (1995). Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57–63.
- Haiala, L. A. (2021). *A mulher e a agricultura quilombola no Vale do Ribeira (SP): Narrativas sobre conhecimento, memória e cotidiano* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de São Carlos]. <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/14794/TCC%20Let%C3%ADcia%20de%20Assis%20Haiala.pdf?sequence=1>.
- Ianovali, D., Adams, C., Ribeiro Filho, A. A., & Khatounian, C. A. (2018). Produtividade agrícola e mudanças socioculturais: a agricultura quilombola no Vale do Ribeira-SP, Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 49, 221–238. <https://doi.org/10.5380/dma.v49i0.54697>
- Kripka, R. M. L., Scheller, M., & Bonotto, D. L. (2015). Pesquisa documental: Considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. *Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa*, 2, 243–247.
- Lima, L. B., Melo, A. F., & Barbosa, D. R. (2021). O território quilombola em comunidades no interior do Nordeste do Brasil: Caracterização socioeconômica e estrutural preliminar. *Research, Society and Development*, 10(13), e452101320899. <https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/view/20899>.
- Macêdo, E. M., Batista, M. L. P., Figueiredo, L. S., & Barros, R. F. M. (2020). Elementos sociais, econômicos e culturais constitutivos de uma comunidade quilombola no Nordeste do Brasil. *Research, Society and Development*, 9(11), 1–28. https://www.researchgate.net/publication/347109049_Elementos_sociais_económicos_e_culturais_constitutivos_de_uma_comunidade_quilombola_no_Norte_de_Brasil.
- Macedo, J. P., Souza, M. A., Santos, F. S., & Silva, R. M. (2021). Condições de vida, acesso às políticas e racismo institucional em comunidades quilombolas. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14(1), 1–28. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-82202021000100001&script=sci_abstract&tlang=pt.
- Magalhães Filho, F. J. C., & Paulo, P. L. (2017). Abastecimento de água, esgotamento doméstico e aspectos de saúde em comunidades quilombolas no Estado de Mato Grosso do Sul. *Interações* (Campo Grande), 103–116. <https://www.scielo.br/j/inter/a/XjcZCTHcb8VjcnnpjkHXYbP/abstract/?lang=pt>.
- Moraes, V. R., Carneiro Jr., J. J., Valentini, C. M. A., & de Faria, R. A. P. G. (2013). Caracterização dos modelos de esgotamento sanitário na comunidade São Gonçalo Beira Rio, Cuiabá, MT. *Biodiversidade*, 12(1). <https://periodicoscientíficos.ufmt.br/ojs/index.php/biodiversidade/article/view/1250>.
- Nunes, G. H. L. (2014). Educação escolar quilombola e Lei 10.639/03: Cartografias territoriais e curriculares. *Identidade*, 19(2), 89–99. Disponível em https://revistas.est.edu.br/periodicos_novo/.
- Pedroso Júnior, N., Murrieta, R., Taqueda, C., Navazinas, N. D., Ruivo, A. P., Bernardo, D. V., & Neves, W. A. (2008). A casa e a roça: Socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 3(2), 227–252. <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/PMCCtx3STS6K7wR8b9cTQLN/abstract/?lang=pt>.
- Pereira, L. L., & Santos, L. M. P. (2018). Programa Mais Médicos e atenção à saúde em uma comunidade quilombola no Pará. *Argumentum*, 10(2), 203–219. <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/18737>.

- Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica* [eBook gratuito]. Editora da UFSM. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15824>.
- Pizzinato, A., Guimarães, D. S., & Leite, J. F. (2019). Psicologia, povos e comunidades tradicionais e diversidade etnocultural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(4), 1–6. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000032019>.
- Rocha, A. S., Sousa, R. L., Soares, D. B., Choque, N. M. S., Davila, L. Y. A., Desiderio, S. N., & Gomes, E. C. (2020). A rede escolar nas comunidades rurais assentadas, quilombolas e indígenas do Tocantins. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 1–19. <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/5871>.
- Santos, D. S. A. de S., Tavares, Á. T. M., Batista, G. K. C., Coimbra, V. B. S., Vale, E. R., Espírito Santo, F. S. do, Silva, M. C. de M., Nunes, H. M., & Morais, L. L. C. de S. (2024). Parasitos intestinais e sua relação com a qualidade da água de consumo em comunidades remanescentes quilombola da região amazônica brasileira. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 24(1). <https://doi.org/10.25248/REAS.e14347.2024>.
- Santos, R. S., & Carvalho, A. G. (2017). Educação quilombola no polo regional de Porto Nacional – TO: Experiências pedagógicas na Comunidade Malhadinha – Brejinho de Nazaré – TO. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, 19(2). <https://doi.org/10.34019/1984-5499.2017.v19.19025>
- Scoton, E. J., Battistelle, R. A. G., Bezerra, B. S., & Akutsu, J. (2016). A sewage sludge co-composting process using respirometric monitoring method in hermetic rotary reactor. *Journal of Cleaner Production*, 121, 169–175. <https://www.researchgate.net/publication/276524528>
- Silva, A. R. S. (2018). Políticas públicas para comunidades quilombolas: Uma luta em construção. *Revista de Ciências Sociais*, 48, 115–128. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/27650>
- Silva, J. A. da, & Bernieri, C. G. P. (2019). Os reflexos da agricultura de larga escala nas comunidades tradicionais quilombolas: Um estudo de caso na Comunidade Fazenda Lajeado, município de Dianópolis, Tocantins. *Revista Espaço Acadêmico*, 18(215), 18–31. https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/46168?utm_source
- Silva, R. A., & Menezes, J. A. (2018). Relações étnico-raciais e educação nas comunidades quilombolas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(3), 1–17. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v13n3/08.pdf>.
- Silva, W. A., & Mira, F. J. (2022). Condições de vida dos agricultores familiares quilombolas. *Geografia (Londrina)*, 31(2), 129. <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/45529>.
- Silva Filho, J. O. da, & Hartmann, C. (2024). Impacto das políticas públicas de infraestrutura nas comunidades quilombolas do município de Água Branca, Alagoas. *Cognitionis - Cientific Journal*, 7(2), 1–17. <https://doi.org/10.38087/2595.8801.437>.
- Shitsuka, C. D. W. M., Shitsuka, R., & Shitsuka, R. I. C. M. (2014). *Matemática fundamental para tecnologia* (2^a ed.). Editora Érica.
- Takeichi, C. L. E. (2021). *O sistema agrícola tradicional e a conservação da biodiversidade: O estudo de caso da comunidade quilombola Cedro, Barra do Turvo – SP* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-11112021-153555/pt-br.php>.
- Torre, K. F. D. (2022). *Percepção ambiental da comunidade remanescente quilombola Jutai, Breu Branco – PA* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Pará]. https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/5207/1/TCC_ProposicaoGestaoResiduos.pdf.